

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Prevista no n.º 2 do artigo 125.º do Regimento (RAR), para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e no n.º 3 do artigo 125.º do RAR]

<b>Forma da iniciativa:</b>	<b>Projeto de Lei</b>
<b>Número/Legislatura/Sessão legislativa:</b>	<a href="#">333/XVI/1.<sup>a</sup></a>
<b>Proponente(s):</b>	Deputados do Grupo Parlamentar do Livre (L)
<b>Título:</b>	«Promove medidas para combate à violência em contexto escolar»
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do artigo 167.º da CRP e n.º 2 do artigo 120.º do RAR)?	NÃO
A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa, (n.º 4 do artigo 167.º da CRP e n.º 3 do artigo 120.º do RAR)?	SIM
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação da CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (artigo 142.º do RAR, para efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da CRP)?	Não parece justificar-se
A iniciativa foi agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	SIM O proponente solicita o agendamento da iniciativa, por arrastamento, com a <a href="#">Petição n.º 219/XV/2.<sup>a</sup></a> – «Solicitam medidas contra a violência na Escola e reforço da Paz e Segurança», constante da ordem do dia da reunião plenária de 24 de outubro.
<b>Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:</b>	<b>Comissão de Educação e Ciência (8.<sup>a</sup>)</b>

**Conclusão:** A apresentação desta iniciativa parece **cumprir** os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 14 de outubro de 2024

A Assessora Parlamentar,

Patrícia Pires

Divisão de Apoio ao Plenário